AINST/16/00107 — Relatório final da CAE

I - Avaliação da Instituição

Perguntas A1. e A2.

A1.1 **Instituição de Ensino Superior:**
Instituto Superior De Novas Profissões
A1.2 **Entidade instituidora:**
Codepa – Centro De Orientação E Documentação De Ensino Particular, S.A.
A2. **Natureza da instituição:**
<sem resposta>

Requisitos Gerais

A3. Projeto educativo, científico e cultural da Instituição.

A3.1. **Projeto educativo, científico e cultural da Instituição.**
Está definido e é coerente com a natureza politécnica e a missão da Instituição
A3.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
A instituição tem um projecto educativo, científico e cultural assente numa oferta formativa inovadora que teve início há cerca de 50 anos. Este projecto tem-se mantido mesmo após a redefinição das ofertas formativas em consequência de Bolonha. Mais recentemente, devido a um período de grandes dificuldades na sua actividade (sustentabilidade financeira em causa), a instituição mudou de instalações estando agora a estabilizar o seu funcionamento em espaços cedidos pela Universidade Lusófona. Um novo plano estratégico foi definido, aguardando a sua aprovação pelo Governo. Este novo plano estratégico visa uma "fusão" com mais duas instituições a fim de aproveitar sinergias e evitar duplicação de ofertas, ficando as 3 instituições integradas, como unidades orgânicas, numa nova instituição de ensino politécnico designada por Instituto Politécnico Lusófono (IPLuso). Faz-se notar que, embora ainda não tenha tido aprovação pela correspondente Entidade do Governo, a página da internet já a apresenta como tal.
Neste âmbito e para além da definição da análise SWOT, é assumido que a integração do INP (Instituto Superior de Novas Profissões) no IPLuso irá aumentar as oportunidades no leque de recrutamento, financiamento e oportunidades de posicionamento nacional e internacional. O INP aposta fundamentalmente na área do Turismo.

A4. Organização e gestão

A4.1. Órgãos de governo da Instituição e das suas Unidades Orgânicas estatutariamente consagrados

A4.1.1 **Órgãos de governo da Instituição e das suas Unidades Orgânicas estatutariamente consagrados.**
Existem, mas não satisfazem as condições legais ou não funcionam regularmente
A4.1.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
Trata-se de uma instituição privada, sendo a entidade instituidora designada por CODEPA. A instituição (Instituto Superior de Novas Profissões - INP) consta de apenas uma Unidade Orgânica, dispondo de orgãos de governo que consistem num Director, um Conselho Geral, um Conselho Técnico-Científico (CTC), um Conselho Pedagógico (CP) e um Secretário-Geral.
O Director é o órgão singular de direcção e coordenação da atividade científica, pedagógica e

cultural do INP.
O Conselho Geral é constituído pelos membros do Conselho de Administração da entidade instituidora, pelo Director e Secretário Geral, por dois membros do CTC e um do CP, um representante dos docentes, um representante dos antigos alunos, um representante dos alunos e 8 individualidades de reconhecido mérito (os Estatutos da instituição não mencionam o seu número).
O CTC é constituído pelo Director, 10 representantes dos docentes e um representante dos investigadores.
O CP é constituído pelo Director, um representante dos professores, um representante dos especialistas e um aluno (não obedecendo ao disposto nos Estatutos no que se refere à paridade de docentes e alunos). Esta situação foi corrigida posteriormente à visita da CAE, conforme processo eleitoral registado em acta de Fevereiro de 2018, com a eleição de 3 alunas a fim de garantir a paridade.
Na dependência do Secretário Geral funcionam os serviços académicos.
O CTC reúne ordinariamente cada trimestre e o CP cada semestre. Sempre que necessário realizam-se reuniões extraordinárias.

A4.2. Autonomia científica e pedagógica do estabelecimento

A4.2.1 **É assegurada a autonomia científica e pedagógica do estabelecimento:**
Sim
A4.2.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
Tanto quanto foi possível entender, a defesa e o exercício da autonomia científica, pedagógica e cultural do INP estão assegurados cabendo aos respectivos órgãos científicos e pedagógicos, nos termos previstos na lei e nos Estatutos do INP.

A4.3. Participação de docentes, investigadores e estudantes no governo do estabelecimento

A4.3.1 **É assegurada a participação de docentes, investigadores e estudantes no governo do estabelecimento:**
Sim
A4.3.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
A participação dos docentes (nos CG, CTC e CP), investigadores (no CTC) e estudantes (nos CG e CP) verifica-se através da sua participação nos órgãos onde estão representados e também em reuniões de trabalho agendadas em cada semestre, com propósitos diferenciados. Note-se que o CP apenas tem um aluno, não havendo paridade docentes/alunos. De acordo com as informações prestadas à Comissão de Avaliação Externa (CAE), o reduzido número de alunos permite um fácil contacto directo destes com os orgão de direcção da instituição.
A situação do CP foi corrigida posteriormente à visita da CAE, em Fevereiro de 2018, em face da observação acima, conforme pronúncia apresentada pela instituição.

A4.4. Sistema interno de garantia da qualidade

A4.4. **Sistema interno de garantia da qualidade (artigo 4º, nº 1, alínea c) do RJAES):**
Existe, a nível da Instituição, não estando certificado pela A3ES (campo A4.4.2)
A4.4.1. **Evolução do sistema (no caso de sistema certificado pela A3ES).**
Sistema interno de garantia da qualidade definido a nível da Instituição e certificado pela A3ES:
<sem resposta>
A4.4.2. **Breve descrição do sistema (no caso de sistema não certificado pela A3ES)**
Sistema interno de garantia da qualidade definido a nível da Instituição e ainda não certificado pela A3ES:
Não existe ainda um adequado sistema interno de garantia da qualidade (SIGQ) implementado. No RAA, o tópico é abordado de forma muito descritiva. Não se identificam em concreto os instrumentos

de aferição da qualidade (não são referidos os inquéritos pedagógicos ou outros instrumentos para o efeito). É dito que são utilizados os referenciais da A3ES e a sua classificação, embora não seja dada, para nenhum dos critérios, uma explicação objectiva do cumprimento assinalado. Fala-se em avaliação do desempenho sem, no entanto, especificar a quem se dirige. No caso dos docentes, foi entendido (durante a visita) que a sua avaliação se baseia apenas na assiduidade e nos inquéritos pedagógicos ou mesmo em informações prestadas pelos alunos, a título pessoal e de forma informal.
A CAE inquiriu o INP sobre este assunto tendo obtido a seguinte informação: "A política para a garantia da qualidade do INP encontra- se descrita e documentada em vários suportes, e tem as suas principais linhas definidas nos Estatutos em vigor. No entanto, e apesar de existir já um documento de trabalho para apreciação, o Manual da Qualidade ainda não foi discutido e aprovado pelos órgãos competentes pelo que não pode ser considerado um documento integrante do Sistema Interno de Garantia da Qualidade".
No entanto e durante a visita, foi possível entender que a responsável da instituição pela garantia da qualidade mostrou possuir competência para levar a bom termo este desígnio. De acordo com as informações prestadas, o INP prevê obter aprovação do sistema pelos seus orgãos competentes em Janeiro de 2018 e a certificação do sistema em 2019.
Na pronúncia, a instituição apenas indica ter sido aprovado um Manual da Qualidade em Abril de 2018 e estarem em curso inquéritos pedagógicos a docentes e estudantes.

A5. Ensino

A5.1. Procura e acesso

A5.1.1. **A instituição tem uma política de recrutamento de novos estudantes:**
Em parte
A5.1.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
O RAA dá uma descrição clara das estratégias/medidas institucionais dirigidas ao recrutamento de estudantes. Porém, não refere nada relativamente ao acesso propriamente dito, ou seja, nos resultados práticos das medidas adoptadas. Durante a visita, a instituição reconheceu ter havido, no passado recente, pouca publicitação das suas ofertas formativas.
Embora algumas ofertas formativas tenham razoável procura e no corrente ano lectivo (de acordo com a informação que nos foi prestada) se verifique um aumento do número de alunos, no passado o número de estudantes tinha vindo a diminuir ao longo dos anos (em 2015/16 eram apenas 158 – 25 nos CTeSP, 10 no 2º ciclo (Mestrado) e 123 nos 1º ciclos (Licenciaturas)). Têm apenas 3 licenciaturas acreditadas e 1 mestrado.
Em 2015/16, nos CTeSP, de 4 oferecidos só 1 teve candidatos que, segundo nos foi dito, preencheram as 25 vagas. Nas licenciaturas só a de Turismo preencheu pouco mais de 50% das vagas (60 vagas, 33 alunos). As outras, em 45 vagas cada apenas obtiveram 8 alunos cada. O Mestrado não teve candidatos em 13/14 e em 15/16.

A5.2. Sucesso escolar

A5.2.1. **A instituição tem políticas para promover o sucesso escolar e a integração dos estudantes:**
Em parte
A5.2.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
Não foi possível esclarecer devidamente os resultados do ensino em termos do sucesso escolar. Os números indicados no RAA apresentam discrepâncias e incoerências não clarificadas durante a visita. Apenas a título de exemplo: em A8.2 do RAA é dito que terminaram o curso 21 alunos do 1º ciclo em Turismo (em D3.2 do mesmo RAA indicam 10); em A8.2 do RAA é dito que terminaram o curso 16

alunos do 1º ciclo de Relações Públicas e Publicidade (em D3.2 do mesmo RAA indicam 8). Este tipo de incoerências repete-se também nos números de alunos que repetiram o ano ou que abandonaram não renovando a matrícula.
No entanto, a instituição menciona diversos mecanismos implementados para promover o sucesso escolar e a integração dos estudantes nomeadamente através do apoio do GAIA - Gabinete de Apoio à Integração de Alunos e do GENEE - Gabinete de Acompanhamento dos Estudantes com Necessidades Educativas Especiais. Adicionalmente, o INP é apoiado pelo SASE – Serviço de Ação Social Escolar que é o serviço responsável pela coordenação da atribuição de benefícios educacionais e incentivos à formação dos estudantes, através da aplicação do regulamento de ação social e dos regulamentos das bolsas de mérito, e da gestão dos protocolos estabelecidos com várias entidades.

A5.3. Ligação à investigação orientada

A5.3.1. **A instituição tem medidas que garantem o contacto dos estudantes com a investigação orientada desde os primeiros anos:**
Em parte
A5.3.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
De acordo com a informação obtida, "a estratégia adoptada pelo INP para assegurar o contacto dos estudantes com a investigação, desde os primeiros anos, passa por incentivar em unidades curriculares o contacto através da realização de trabalhos com a investigação. Existe a unidade curricular de Metodologias de Investigação Cientifica, no primeiro ano e em todos os cursos de Licenciatura, que permite dotar os alunos de conhecimentos essenciais para a realização de trabalhos
académicos". Na reunião com o CTC e o CP, foi mencionado um projecto na área do Turismo em que os alunos participam (terá tido início no ano passado).
No entanto, na sequência da visita, foi possível confirmar que a investigação orientada e a prestação de serviços ao exterior são praticamente inexistentes. Só a nível da dissertação, no 2º ciclo de estudos, se poderá vir a encontrar alguma actividade de investigação. A própria instituição reconhece esta debilidade na sua análise SWOT.

A5.4. Inserção dos diplomados no mercado de trabalho

A5.4.1. **A Instituição promove de forma eficaz a monitorização da empregabilidade e o apoio aos estudantes para a sua inserção no mercado de trabalho:**
Em parte
A5.4.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
A instituição dispõe de um serviço de apoio à criação de emprego e de estágios (Núcleo de Estágios e Emprego) e de um Núcleo de Empreendedorismo. A monitorização é realizada através de inquéritos.
O inquérito de empregabilidade foi aplicado, via email, em 2016, aos alunos que tinham terminado o 1º ciclo de estudos no ano lectivo de 2014/2015 (nada é dito sobre o número total de respondentes, pelo que se torna difícil ter a noção das diferentes realidades percentuais). Os dados fornecidos pela instituição no RAA concluem:
"De forma global, é possível afirmar que os Diplomados das Licenciaturas do INP, que responderam ao Inquérito de Empregabilidade, estão inseridos no mercado de trabalho, dado que os resultados do Inquérito à empregabilidade mostram 82%, numa amostra em que a maioria não tinha trabalho quando terminou a licenciatura". (os 82% são dados do RAA em A8.4 - note-se que em D4 do RAA indicam 71%, sendo apenas 59% na área de formação).
Os dados anteriores não são coerentes com o mesmo A8.4 do RAA em que se diz também que os diplomados respondentes ao inquérito de empregabilidade, afirmaram estar a desenvolver

actividades profissionais na área das suas licenciaturas nomeadamente Gestão Comercial e Vendas, Relações Públicas e Publicidade e Turismo.
Durante a reunião com os alunos, foi afirmado por estes que o INP não dispõe de um gabinete para a inserção no mercado de trabalho o que contraria o afirmado no RAA e indicado acima.

A6. O corpo docente

A6.1. **A Instituição dispõe de um corpo docente adequado e tem uma política de recrutamento:**
Em parte
A6.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
Em 2015/16, num total de 21,75 docentes ETI (Equivalentes a Tempo Inteiro), o corpo docente do INP tinha 8,25 ETI com o grau de Doutor, sendo 5 a tempo inteiro e 9,5 ETI Especialistas (CTC) sendo 8 a tempo inteiro. O número total de alunos era de 158. Assim sendo, o corpo docente do INP está de acordo com os rácios legais necessários à oferta formativa que disponibiliza e de acordo com as áreas de docência como a comunicação, a gestão e o turismo. De acordo com o RJIES, o corpo docente do INP preenche para cada ciclo de estudos, os requisitos fixados, em lei, para a sua acreditação.
No entanto, a coerência entre a relação contratual dos docentes e o serviço docente atribuído levanta sérias dúvidas. Alguns dos docentes indicam cargas horárias extremamente elevadas. Apenas 5 dos docente se encontram ligados à instituição há mais de 3 anos (cerca de 23%).
A média etária do corpo docente do INP é, atualmente de 47 anos.
A CAE foi informada da existência de um regulamento para a avaliação do desempenho do corpo docente. No entanto, foi dito que o mesmo não é ainda aplicado na totalidade, estando em curso um processo de formalização. Tal como dito anteriormente em A4.4.2, foi entendido (durante a visita) que a avaliação dos docentes se baseia apenas na assiduidade e nos inquéritos pedagógicos ou mesmo em informações prestadas pelos alunos, a título pessoal e de forma informal.

A7. A atividade científica e tecnológica

A7.1. Políticas de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento profissional de alto nível

A7.1.1. **A Instituição tem uma política para a investigação orientada, o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento profissional de alto nível, e para a sua valorização económica:**
Em parte
A7.1.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
Na sequência da visita, foi possível confirmar que a investigação orientada e a prestação de serviços ao exterior são praticamente inexistentes. Só a nível da dissertação, no 2º ciclo de estudos, se poderá vir a encontrar alguma actividade de investigação. No entanto, este 2ºciclo nao tem tido procura.
Quanto à participação dos docentes em centros de investigação, regista-se um centro da Universidade de Aveiro (Govcop) com classificação de excelente e outro (OCICPRIS) com a classificação de "Fair". Os restantes indicados não se encontram classificados.
Não é evidente que existam adequadas políticas institucionais de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e profissional de alto nível. A maior parte do corpo docente não comprova ter publicado em revistas científicas internacionais, com revisão por pares, nos últimos 5 anos. Apenas 3 docentes a 50% e 2 a 100% mostram ter publicado alguns artigos. Destes últimos, um apenas integra o corpo docente a partir de 2016.

A7.2. Políticas de prestação de serviços à comunidade

A7.2.1. **A Instituição dispõe de uma política institucional consistente para a prestação de serviços à comunidade, adequada à sua contribuição para o desenvolvimento regional e nacional:**
Em parte
A7.2.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
Não é evidente que a instituição implemente adequadas poíticas para a prestação de serviços à comunidade. Os docentes que responderam a esta questão, durante a visita, deram a entender que quando prestam serviços ao exterior o fazem a título pessoal não o fazendo através da instituição.

A7.3. Políticas de captação de receitas próprias

A7.3.1. **A instituição tem uma política de captação de receitas próprias e o seu nível é adequado:**
Em parte
A7.3.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
A maior parte ou mesmo a totalidade das receitas próprias da instituição derivam dos actos académicos (propinas e outros). No RAA refere-se também o aluguer de espaços para eventos. No entanto, a actual situação de utilização de espaços cedidos pela Universidade Lusófona não indicia que seja viável esta forma de captação de receitas. Entre 2014 e 2016, as receitas próprias diminuíram de cerca de 930.000 euros para cerca de 420.000 euros sendo exclusivamente devidas a propinas neste último caso.

A8. Políticas de colaboração nacional

A8.1. **A Instituição dispõe de uma política institucional para a cooperação com outras instituições nacionais:**
Não
A8.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
A informação sobre a cooperação com outras instituições é praticamente limitada à realização de estágios e ao apoio na empregabilidade. Apenas se pode realçar a cooperação com a Universidade Lusófona na utilização de espaços e partilha de serviços.

A9. Políticas de internacionalização

A9.1. **A Instituição dispõe de uma política institucional para a internacionalização:**
Em parte
A9.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
Salienta-se a participação em programas ERASMUS e a colaboração com diversos países neste âmbito. De acordo com a informação recolhida, o INP já recebeu, até hoje, estudantes provenientes da Europa e de países fora da Europa: Angola,
Austrália, Brasil, Cabo Verde, Canadá, China, Espanha, Guiné-Bissau, Holanda, Itália, Moçambique, Peru, Polónia,
Quirguistão, República da Moldávia, Roménia, Rússia, Suécia, S. Tomé e Príncipe e Ucrânia. A distribuição total
observada entre 2010 e 2016 foi a seguinte:
2010/2011 = 57 estudantes
2011/2012 = 33 estudantes
2012/2013 = 42 estudantes
2013/2014 = 40 estudantes
2014/2015 = 17 estudantes

2015/2016 = 9 estudantes.
Este acentuado decréscimo mostra que as políticas institucionais para a internacionalização necessitam de novas estratégias que permitam inverter a actual tendência. A forte aposta no IPLuso poderá contribuir para melhorar os actuais resultados.

A10. Instalações

A10.1. **A Instituição dispõe de instalações com as características exigíveis à ministração de ensino politécnico:**
Em parte
A10.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
Tal como se referiu anteriormente, a instituição encontra-se a funcionar em espaços cedidos pela Universidade Lusófona. Os espaços que a CAE viu durante a visita encontravam-se em boas condições. Não ficou claro que os espaços destinados à prestação interna de serviços e apoio aos estudantes sejam geridos pelo INP ou partilhados com a Universidade Lusófona.

A11. Serviços de ação social

A11.1. **São assegurados serviços de ação social:**
Em parte
A11.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
Os mecanismos que foram evidenciados limitam-se à atribuição de bolsas e apoio médico. O valor das bolsas tem vindo a diminuir nos últimos três anos.
A informação disponível salienta ainda que o INP, através dos protocolos estabelecidos com Entidades Externas, no número de cerca de cento e doze empresas/instituições, tem vindo a proporcionar aos estudantes e familiares de estudantes redução de propinas. O valor dos descontos concedidos no ano letivo de 2015/16 é de 12.500,28 €, atribuídos a 36 alunos.
O Estado através da Direção Geral do Ensino Superior concedeu dez Bolsas, nove para alunos de 1º Ciclo e uma para
um aluno de CTSP – Curso Técnico Superior Profissional com um valor total de 12.487,00.
A informação sobre despesas em acção social aponta para um total de 415399,7 euros, sendo este valor oriundo, na sua totalidade, das receitas próprias.

A12. Informação para o exterior

A12.1. **A Instituição publicita de forma adequada informação sobre a oferta educativa, incluindo os relatórios de autoavaliação e avaliação externa e das decisões da Agência:**
Não
A12.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
Não se encontram publicitados os relatórios de avaliação da A3ES, nem os relatórios de auto-avaliação institucional e dos respectivos ciclos de estudo (lei nº 38/2007, artigo 16º alínea 2). Apenas se encontra o relatório de actividades de 2016. Não se encontra o livro de reclamações (e de elogios) "on line".
Posteriormente, conforme também indicado na pronúncia, os relatórios de auto avaliação dos ciclos de estudo foram inseridos no portal da instituição, assim como procedimentos "on-line" para reclamações, elogios, etc. Não se encontra ainda o relatório de auto avaliação institucional.

Requisitos Especificos

A13. Oferta educativa

A13.1. **INSTITUTO POLITÉCNICO:** A Instituição dispõe de, pelo menos:
- Duas escolas de áreas diferentes;
- Quatro ciclos de estudos de licenciatura acreditados, dois dos quais técnico-laboratoriais, em pelo menos duas áreas diferentes compatíveis com a missão própria do ensino politécnico.

OUTRO ESTABELECIMENTO DE ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO:A Instituição dispõe de, pelo menos:
- Um ciclo de estudos de licenciatura acreditado.

Sim

A13.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
No presente caso, verifica-se o cumprimento dos requisitos legais:
1 Unidade orgânica
3 licenciaturas – 123 alunos
1 mestrado – 10 alunos
8 CTESP – 25 alunos (só funcionou um em Turismo e Hotelaria)

A14. Corpo docente

A14.1. No conjunto dos docentes e investigadores que desenvolvam atividade docente ou de investigação, a qualquer título, na Instituição:
- A Instituição dispõe, no mínimo, de um especialista ou doutor por cada 30 estudantes;
- Pelo menos 15% são doutores em regime de tempo integral;
- Para além desses doutores, pelo menos 35% são especialistas (que poderão ser igualmente detentores do grau de doutor).

Sim

A14.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
Em 2015/16, num total de 21,75 docentes ETI (Equivalentes a Tempo Inteiro), o corpo docente do INP tinha 8,25 ETI com o grau de Doutor, sendo 5 a tempo inteiro e 9,5 ETI Especialistas (CTC) sendo 8 a tempo inteiro. O número total de alunos era de 158. Assim sendo, o corpo docente do INP está de acordo com os rácios legais necessários à oferta formativa que disponibiliza e de acordo com as áreas de docência como a comunicação, a gestão e o turismo. De acordo com o RJIES, o corpo docente do INP preenche, para cada ciclo de estudos, os requisitos fixados, em lei para a sua acreditação.

A15. Observações

A15. **Observações**
A instituição enferma de diversas debilidades (apontadas anteriormente neste relatório), reconhecendo a existência de algumas. No tópico do plano estratégico, e para além da definição da análise SWOT, é assumido que a integração do INP no IPLUSO – Instituto Politécnico Lusofono irá aumentar as oportunidades no leque de recrutamento, financiamento e oportunidades de posicionamento nacional e internacional. No entanto, esta opção estratégica carece ainda de aprovação superior.
Na reunião com os responsáveis pela redacção do RAA, a CAE verificou haver, por parte dos mesmos, desconhecimento do conteúdo de partes do relatório, o que justifica as diversas incoerências de que o relatório enferma.

A pronúncia da instituição limita-se a realizar uma actualização do seu relatório inicial de auto avaliação, listando um conjunto de intenções e referindo alguns factos posteriores à visita da CAE

nomeadamente a eleição de 3 alunos para o CP a fim de garantir paridade docente/aluno e a aprovação de um Manual da Qualidade (que não foi encontrado no portal da instituição).
A instituição continua a fazer depender a sua viabilidade da criação de uma outra organização – Instituto Politécnico Lusófono (ou da Lusofonia), que (ainda) não existe (informação dada pela DGES).

II - Avaliação das Unidades Orgânicas

B1. Ensino

B1.1. **Adequação da oferta educativa**
Apreciação geral da adequação da oferta formativa das Unidades Orgânicas da Instituição, face, designadamente, à missão de uma Instituição de natureza politécnica.
A oferta formativa é adequada e coerente com a missão e estratégia da instituição. Verifica-se alguma dificuldade na captação de estudantes com excepção da área do turismo.
B1.2. **Estudantes**
Apreciação geral da evolução do número de estudantes nas Unidades Orgânicas.
No passado recente, tem-se verificado uma diminuição consecutiva da procura. Em 2015/16, o número total de estudantes nos ciclos de estudo conferentes de grau era de 133 (197 em 2013/14 e 146 em 2014/15). Em 2014/15 teve início a oferta de CTeSP, sem procura nesse ano escolar. Em 2015/16, foram oferecidas vagas em 4 CTeSP tendo-se inscrito 25 alunos na área do turismo e hotelaria. Os restantes CTeSP não tiveram procura.
No caso dos 1º ciclos de estudo e considerando 2015/16, apenas a área do turismo preencheu pouco mais de 50% das vagas. As restantes áreas preencheram apenas cerca de 18% das vagas. O 2º ciclo não teve qualquer procura nesse ano.
O RAA e a visita à instituição não foram esclarecedores sobre a origem dos estudantes.
B1.3. **Diplomados**
Apreciação geral da evolução do número de diplomados nas Unidades Orgânicas.
Como foi dito em A5.2.2, não foi possível esclarecer devidamente os resultados do ensino em termos do sucesso escolar. Os números indicados no RAA apresentam discrepâncias e incoerências não clarificadas durante a visita. Apenas a título de exemplo: em A8.2 do RAA é dito que terminaram o curso 21 alunos do 1º ciclo em Turismo (em D3.2 do mesmo RAA indicam 10); em A8.2 do RAA é dito que terminaram o curso 16 alunos do 1º ciclo de Relações Públicas e Publicidade (em D3.2 do mesmo RAA indicam 8). Este tipo de incoerências repete-se também nos números de alunos que repetiram o ano ou que abandonaram não renovando a matrícula.
No entanto, a instituição menciona diversos mecanismos implementados para promover o sucesso escolar e a integração dos estudantes nomeadamente através do apoio do GAIA - Gabinete de Apoio à Integração de Alunos e do GENEE - Gabinete de Acompanhamento dos Estudantes com Necessidades Educativas Especiais. Adicionalmente, o INP é apoiado pelo SASE – Serviço de Ação Social Escolar que é o serviço responsável pela coordenação da atribuição de benefícios educacionais e incentivos à formação dos estudantes, através da aplicação do regulamento de ação social e dos regulamentos das bolsas de mérito, e da gestão dos protocolos estabelecidos com várias entidades.
Quanto à inserção no mercado de trabalho, repete.se o que foi dito em A5.4.2: A instituição dispõe de um serviço de apoio à criação de emprego e de estágios (Núcleo de Estágios e Emprego) e de um Núcleo de Empreendedorismo. A monitorização é realizada através de inquéritos.
O inquérito de empregabilidade foi aplicado, via email, em 2016, aos alunos que tinham terminado o 1º ciclo de estudos no ano lectivo de 2014/2015 (nada é dito sobre o número total de respondentes, pelo que se torna difícil ter a noção das diferentes realidades percentuais). Os dados fornecidos pela instituição no RAA concluem:

"De forma global, é possível afirmar que os Diplomados das Licenciaturas do INP, que responderam ao Inquérito de Empregabilidade, estão inseridos no mercado de trabalho, dado que os resultados do Inquérito à empregabilidade mostram 82%, numa amostra em que a maioria não tinha trabalho quando terminou a licenciatura". Os 82% são dados do RAA em A8.4 - note-se que em D4 do RAA indicam 71%, sendo apenas 59% na área de formação.
Os dados anteriores não são coerentes com o mesmo A8.4 do RAA em que se diz também que todos os diplomados respondentes ao inquérito de empregabilidade, afirmaram estar a desenvolver atividades profissionais na área das suas licenciaturas nomeadamente Gestão Comercial e Vendas, Relações Públicas e Publicidade e Turismo.
Durante a reunião com os alunos, foi afirmado por estes que o INP não dispõe de um gabinete para a inserção no mercado de trabalho o que contraria o afirmado no RAA e indicado acima.

B2. Corpo docente

B2.1. **Adequação em número, qualificação e especialização**
Apreciação geral da adequação do corpo docente das Unidades Orgânicas.
Tal com dito em A6.2, em 2015/16, num total de 21,75 docentes ETI (Equivalentes a Tempo Inteiro), o corpo docente do INP tinha 8,25 ETI com o grau de Doutor, sendo 5 a tempo inteiro e 9,5 ETI Especialistas (CTC) sendo 8 a tempo inteiro. O número total de alunos era de 158. Assim sendo, o corpo docente do INP está de acordo com os rácios legais necessários à oferta formativa que disponibiliza e de acordo com as áreas de docência como a comunicação, a gestão e o turismo. De acordo com o RJIES, o corpo docente do INP preenche para cada ciclo de estudos, os requisitos fixados, em lei, para a sua acreditação.
No entanto, a coerência entre a relação contratual dos docentes e o serviço docente atribuído levanta sérias dúvidas. Alguns dos docentes indicam cargas horárias extremamente elevadas.

B2.2. **Estabilidade e dinâmica de formação**
Apreciação geral do grau de estabilidade do corpo docente das Unidades Orgânicas.
O número de docentes com ligação à instituição há mais de 3 anos é de 5, correspondendo a cerca de 23%. Dois dos docentes encontram-se a frequentar doutoramento há mais de 1 ano.

Perguntas B3. a B5.

B3. **Instalações**
Apreciação geral da adequação das instalações das Unidades Orgânicas.
Dado tratar-se de uma instituição monotemática, a resposta a esta questão já foi apresentada anteriormente em A10:
A instituição encontra-se a funcionar em espaços cedidos pela Universidade Lusófona. Os espaços que a CAE viu durante a visita encontravam-se em boas condições. Não ficou claro que os espaços destinados à prestação interna de serviços e apoio aos estudantes sejam geridos autonomamente pelo INP ou em regime de partilha com a Universidade Lusófona.
B4. **Atividades de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento profissional de alto nível**
Apreciação geral das atividades de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento profissional de alto nível nas Unidades Orgânicas.
Dado tratar-se de uma instituição monotemática, a resposta a esta questão já foi apresentada anteriormente em A5.3:
De acordo com a informação obtida, "a estratégia adoptada pelo INP para assegurar o contacto dos estudantes com a investigação, desde os primeiros anos, passa por incentivar em unidades curriculares o contacto através da realização de trabalhos com a investigação. Existe a unidade curricular de Metodologias de Investigação Cientifica, no primeiro ano e em todos os cursos de

Licenciatura, que permite dotar os alunos de conhecimentos essenciais para a realização de trabalhos
académicos". Na reunião com o CTC e o CP, foi mencionado um projecto na área do Turismo em que os alunos participam (terá tido início no ano passado).
No entanto, na sequência da visita, foi possível confirmar que a investigação orientada é praticamente inexistente. Só a nível da dissertação, no 2º ciclo de estudos, se poderá vir a encontrar alguma actividade de investigação. No entanto, este 2ºciclo nao teve tido procura em 2015/16. A instituição reconhece esta debilidade na sua análise SWOT.
Quanto à participação dos docentes em centros de investigação, regista-se um centro da Universidade de Aveiro (Govcop) com classificação de excelente e outro (OCICPRIS) com a classificação de "Fair". Os restantes indicados não se encontram classificados.
Não é evidente que existam adequadas políticas institucionais de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e profissional de alto nível. A maior parte do corpo docente não comprova ter publicado em revistas científicas internacionais, com revisão por pares, nos últimos 5 anos. Apenas 3 docentes a 50% e 2 a 100% mostram ter publicado alguns artigos. Destes últimos, um apenas integra o corpo docente a partir de 2016.
A própria instituição reconhece também estas debilidades na sua análise SWOT..
B5. **Produção artística**
Apreciação geral das atividades de produção artística nas Unidades Orgânicas.
N/A

Perguntas B6. a B7.

B6. **Prestação de serviços à comunidade**
Apreciação geral das atividades de prestação de serviços à comunidade (incluindo atividades de promoção cultural, artística e desportiva) nas Unidades Orgânicas.
Na sequência da visita, foi possível confirmar que a prestação de serviços ao exterior é praticamente inexistente. Não é evidente que a instituição implemente adequadas poíticas para a prestação de serviços à comunidade. Os docentes que responderam a esta questão, durante a visita, deram a entender que quando prestam serviços ao exterior o fazem a título pessoal não o fazendo através da instituição.
Mais uma vez, a própria instituição reconhece esta debilidade na sua análise SWOT.
B7. **Colaboração nacional e internacional**
Apreciação geral das atividades em cooperação nacional e internacional nas Unidades Orgânicas.
A nível nacional apenas é referida a colaboração com a Universidade Lusófona, emtermos de cedência de espaços e partilha de serviços. De resto, apenas é de salientar a colaboração com diversas entidades com vista à realização de estágios pelos alunos.
A nível internacional, salienta-se a participação em programas ERASMUS e a colaboração com diversos países neste âmbito. De acordo com a informação recolhida, o INP já recebeu, até hoje, estudantes provenientes da Europa e de países fora da Europa: Angola,
Austrália, Brasil, Cabo Verde, Canadá, China, Espanha, Guiné-Bissau, Holanda, Itália, Moçambique, Peru, Polónia,
Quirguistão, República da Moldávia, Roménia, Rússia, Suécia, S. Tomé e Príncipe e Ucrânia. A distribuição total
observada entre 2010 e 2016 foi a seguinte:
2010/2011 = 57 estudantes
2011/2012 = 33 estudantes
2012/2013 = 42 estudantes
2013/2014 = 40 estudantes
2014/2015 = 17 estudantes
2015/2016 = 9 estudantes.

Este acentuado decréscimo mostra que as políticas institucionais para a internacionalização necessitam de novas estratégias que permitam inverter a actual tendência. A forte aposta no IPLuso poderá contribuir para melhorar os actuais resultados.
Não existe qualquer indicação de ciclos de estudos em conjunto ou participação em projectos de investigação com outras instituições, com excepção da referência a um projecto na área do turismo (iniciado no passado ano).

B8. Sistema interno de garantia da qualidade

B8. Sistema interno de garantia da qualidade
No caso de o sistema estar definido a nível institucional (certificado ou não pela A3ES) preencher o campo B8.3.
B8.1. **Evolução do sistema (no caso de sistemas certificados a nível de Unidade Orgânica)**
Apreciação geral da evolução dos sistemas certificados a nível de Unidade Orgânica, desde a sua certificação.
<sem resposta>
B8.2. **Breve descrição do sistema (no caso de sistemas não certificados a nível de Unidade Orgânica)**
Apreciação geral do estado de desenvolvimento dos sistemas definidos a nível de Unidade Orgânica não certificados pela A3ES.
<sem resposta>
B8.3. **Contributo da Unidade Orgânica para o funcionamento do sistema (no caso de sistema a nível da Instituição)**
Apreciação do contributo das Unidades Orgânicas para o funcionamento do sistema interno de garantia da qualidade da Instituição.
Como referido em A4.4, não existe ainda um adequado sistema interno de garantia da qualidade implementado. No RAA, o tópico é abordado de forma muito descritiva. Não se identificam em concreto os instrumentos de aferição da qualidade (não são referidos os inquéritos pedagógicos ou outros instrumentos para o efeito). É dito que são utilizados os referenciais da A3ES e a sua classificação, embora não seja dada, para nenhum dos critérios, uma explicação objectiva do cumprimento assinalado. Fala-se em avaliação do desempenho sem, no entanto, especificar a quem se dirige. No caso dos docentes, foi entendido (durante a visita) que a sua avaliação se baseia apenas na assiduidade e nos inquéritos pedagógicos ou mesmo em informações prestadas pelos alunos, a título pessoal e de forma informal.
A CAE inquiriu o INP sobre este assunto tendo obtido a seguinte informação: "A política para a garantia da qualidade do INP encontra- se descrita e documentada em vários suportes, e tem as suas principais linhas definidas nos Estatutos em vigor. No entanto, e apesar de existir já um documento de trabalho para apreciação, o Manual da Qualidade ainda não foi discutido e aprovado pelos órgãos competentes pelo que não pode ser considerado um documento integrante do Sistema Interno de Garantia da Qualidade".
No entanto e durante a visita, foi possível entender que a responsável da instituição pela garantia da qualidade mostrou possuir competência para levar a bom termo este desígnio. De acordo com as informações prestadas, o INP prevê obter aprovação do sistema pelos seus orgãos competentes em Janeiro de 2018 e a certificação do sistema em 2019.

B9. Apreciação global, pontos fortes, pontos fracos e recomendações de melhoria

B9.1. **Apreciação global das Unidades Orgânicas**
Apreciação global da organização e funcionamento das Unidades Orgânicas.

A instituição enferma de diversas debilidades (apontadas anteriormente neste relatório), reconhecendo a existência de algumas. No tópico do plano estratégico, e para além da definição da análise SWOT, é assumido que a integração do INP no IPLUSO – Instituto Politécnico Lusofono irá aumentar as oportunidades no leque de recrutamento, financiamento e oportunidades de posicionamento nacional e internacional. No entanto, esta opção estratégica carece ainda de aprovação superior.

B9.2. **Áreas de excelência**
Identificação de áreas de excelência.
Não se encontram áreas que possam ser consideradas de excelência.
B9.3. **Áreas com fragilidades**
Identificação de áreas com fragilidades específicas.
As principais áreas com fragilidades específicas correspondem a pontos fracos da instituição:
- Não se encontram publicitados, no portal da instituição, os documentos legalmente requeridos;
- Não existência de paridade docentes/alunos no CP;
- Não existência de um adequado sistema interno de garantia da qualidade, aprovado e implementado;
- Não existência de um adequado sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente;
- Pessoal docente com cargas horárias muito elevadas;
- Prática inexistência de actividades de investigação orientada e de prestação de serviços;
- Fraca internacionalização;
- Fraca produção científica do corpo docente;
- Indefinição da autonomia na gestão de espaços e serviços internos.
B9.4. **Recomendações de melhoria**
Recomendações de melhoria da organização e funcionamento das Unidades Orgânicas.
A instituição deve, de imediato:
- Demonstrar a existência (e aprovação) de um plano estratégico credível, de futuro;
- Publicitar, na página da internet, todos os documentos legalmente requeridosl;
- Estabelecer paridade docentes/alunos no âmbito do Conselho Pedagógico;
- Demonstrar que a gestão dos espaços e dos serviços internos próprios é autónoma e independente de outras instituições;
- Aprovar e implementar um sistema interno credível de garantia da qualidade;
- Aprovar e implementar um regulamento para a avaliação do desempenho do pessoal docente;
- Providenciar para que o corpo docente próprio tenha cargas horárias lectivas equilibradas, garantindo a sua disponibilidade para o exercício de actividades de investigação orientada e de prestação de serviços ao exterior;
- Adoptar políticas estratégicas que incrementem as actividades de investigação orientada e de prestação de serviços ao exterior, envolvendo nas mesmas os estudantes desde os primeiros anos, assim como aumentem a produçãp científica dos docentes;
- Adoptar medidas mais eficazes de angariação de candidatos aos ciclos de estudo.

B10. Observações

B10. **Observações**
Nada a acrescentar ao que foi dito anteriormente neste relatório, nomeadamente em A15.

III - Apreciação global da instituição

Perguntas C1. a C5.

C1. **Apreciação global**
Apreciação global da Instituição.
A instituição apresenta demasiadas fragilidades. Para além da sua correcção, será indispensável que se garanta a aprovação de um plano estratégico credível e consequente reorganização da Instituição. Nos moldes actuais, a CAE considera que não pode propor a sua acreditação.

C2. **Pontos fortes**
Pontos fortes da organização e funcionamento da Instituição.
- Empenhamento da instituição na definição de estratégias de futuro, apostando fortemente na integração no IPLuso;
- Algumas ofertas formativas com boa/razoável procura;
- Proximidade docente/aluno;
- Satisfação dos alunos com a formação que adquiriram ou que estão a adquirir;
- Número de protocolos com entidades exteriores, permitindo a realização de estágios e facilitando a inserção no mercado de trabalho.

C3. **Pontos fracos**
Pontos fracos da organização e funcionamento da Instituição.
- Não se encontram (ainda) publicitados todos os documentos legalmente requeridos;
- Não existe ainda um adequado sistema interno de garantia da qualidade, aprovado e implementado;
- Não existe um adequado sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente;
- Pessoal docente com cargas horárias muito elevadas;
- Prática inexistência de actividades de investigação orientada e de prestação de serviços;
- Fraca internacionalização;
- Fraca produção científica do corpo docente;
- Indefinição da autonomia na gestão de espaços e serviços internos.

C4. **Recomendações de melhoria**
Recomendações de melhoria da organização e funcionamento da Instituição.
A instituição deve, de imediato:
- Demonstrar a existência (e aprovação) de um plano estratégico credível, de futuro;
- Publicitar, na página da internet, todos os documentos legalmente trequeridos;
- Demonstrar que a gestão dos espaços e dos serviços internos próprios é autónoma e independente de outras instituições;
- Implementar um regulamento para a avaliação do desempenho do pessoal docente;
- Adoptar políticas estratégicas que incrementem as actividades de investigação orientada e de prestação de serviços ao exterior, envolvendo nas mesmas os estudantes desde os primeiros anos, assim como aumentar a produção científica dos docentes.
- Aprovar e implementar um sistema interno credível de garantia da qualidade;
- Providenciar para que o corpo docente próprio tenha cargas horárias lectivas equilibradas, garantindo a sua disponibilidade para o exercício de actividades de investigação orientada e de prestação de serviços ao exterior;
- Adoptar medidas mais eficazes de angariação de candidatos aos ciclos de estudo.

C5. **Recomendação Final**
(Acreditar, Acreditar com condições, Não Acreditar)
Não acreditar.